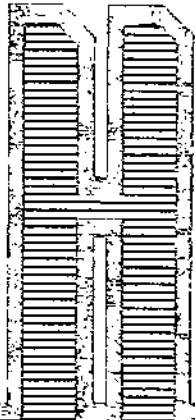




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 143

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 337ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que específica.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 72/84, que altera a redação do item I do art. 44 da Constituição Federal. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 73/84, que atribui competência ao Congresso Nacional para autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, fazer operações de crédito, legislar sobre dívida pública e estabelecer os meios de pagamento. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 74/84, que condiciona a autorização do Congresso Nacional os empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 75/84, que dá nova redação aos itens I e IV do art. 44 da

Constituição Federal. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Proposta de Emenda à Constituição nº 76/84, que dá nova redação ao caput do art. 69, transformando-o em parágrafo único, com nova redação. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2. — ATA DA 338ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Notícia veiculada na Imprensa, a respeito do falecimento de uma jovem por não ter sido atendida em hospital do Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO ROBERTO ROLLEMBERG — Considerações sobre a posição da Liderança do PMDB no episódio da votação da anistia.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Notícia publicada no jornal Tribuna da Imprensa, sob o título "Montoro não sai para ajudar Cardoso em São Paulo".

DEPUTADO DIMAS PERRIN — Posição favorável de S. Ex^a com o reatamento das relações diplomáticas com Cuba.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 18/85-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, que altera os limites do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22/85-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.157, de 14 de agosto de 1984, que altera o art. 7º do Decreto-lei nº 2.035, de 21 de junho de 1983, acrescentado pelo Decreto-lei nº 2.055, de 1983, que dispõe sobre a sucessão da autarquia federal Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAM. Discussão encerrada, ficando a sua votação adiada por falta de quorum.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 337ª Sessão Conjunta, em 29 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura.

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Alcides Paixão — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Sil-

va — Helvídio Nunes — José Lins — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto

— Luiz Viana — Nelson Carneiro — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Roberto Campos — José Fragelli — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alcício Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Caauto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Maniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Mata — PDS.

Ceará

Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Tarcísio Buriti — PTB.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Alberico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelviro Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Hélio Correia — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Leir Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Rómulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faría — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Cotagrossi — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sébastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dimas Perrin — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; José Genoino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rolemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saúlo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Anselmo Peraro — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Saltor — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Evaldo Amaral — PFL.

Rio Grande do Sul

Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriano Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colatto — PDS; João Gilberto — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clárcio Platão — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Senhores Senadores e 211 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência comunica que, não tendo sido apreciado no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1985-CN, referente ao Decreto-Lei nº 2.157, de 1984, será incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1984, que altera a redação do item I do art. 44 da Constituição Federal, tendo

PARECER, proferido em Plenário pelo Senhor Deputado Celso Barros, pela aprovação da proposta e pela rejeição das de nºs 73 a 76, de 1984, que com ela tramitam.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando usar da palavra, encerro a discussão.

A matéria exige quorum qualificado para deliberação. Inexistindo esse quorum em plenário, a votação fica adiada para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 2:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 1984 (Tramitando em conjunto com a PEC/72/84)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1984, que atribui competência ao Congresso Nacional para autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, fazer operações de crédito, legislar sobre dívida pública e estabelecer os meios de pagamentos.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 1984 (Tramitando em conjunto com a PEC/72/84)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 1984, que condiciona à autorização do Congresso Nacional os empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro a encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 4:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 1984

(Tramitando em conjunto com a PEC/72/84)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 1984, que dá nova redação aos itens I e IV do art. 44 da Constituição Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 5:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, DE 1984 (Tramitando em conjunto com a PEC/72/84)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 1984, que dá nova redação ao caput do art. 69, transformando-o em parágrafo único, com nova redação.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 18, de 1985-CN, (9ª sessão); e 22, de 1985-CN (1ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 12 minutos)

Ata da 338ª Sessão Conjunta, em 29 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Flávio Marçilho — PDS; Furtado Leite — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Osian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Tarcísio Buriti — PTB.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Maranhães — PDS; Ceilo Carvalho — PDS; Francisco Roilemberg — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Elisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Hélio Correia — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Rómulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denízar Arneiro — PMDB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dimas Perrin — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Mário Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; José Genoino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octávio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Aleeni Guerra — PFL; Anselmo Peraro — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephan — PFL; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salomão — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Evaldo Amorim — PFL.

Rio Grande do Sul

Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriano Puxião — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colatto — PDS; João Gilberto — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Srs. Senadores e 211 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSE COLAGROSSI (PDT — RJ) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os jornais de hoje do Rio de Janeiro trazem notícia bastante triste, que merece uma reflexão por parte desta Casa. Eis o que publica um deles:

"JOVEM MORRE NO SUL. NÃO PODIA PAGAR A UTI"

Porto Alegre — Por não ter Cr\$ 1 milhão, Elaine Almeida, de 19 anos, morreu às 5 horas do último sábado. A denúncia foi feita ontem por seu marido, o agricultor Ronaldo Almeida, de Cruz Alta. Ele contou que Elaine foi internada dia 19 no Hospital São Vicente de Paula, queixando-se de forte dor de cabeça. Uma semana depois entrou em coma e precisava ser transferida para a UTI, mas o casal não possuía o dinheiro cobrado como taxa de caução. Na sexta-feira, a jovem piorou muito e decidiram então removê-la para a UTI do Hospital Santa Lúcia, mas não foi mais possível salvá-la.

Episódio como esse serão relatados pela Comissão da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) que está em Brasília durante o encontro hoje de manhã com o Ministro da Agricultura, Pedro Simon. A delegação pretende informar também ao Ministro da Previdência, Waldir Pires, a situação dramática de 1.2 milhão de colonos gaúchos."

Sr. Presidente, não se pode compreender que, num país como o Brasil, uma pessoa ainda morra por não ter dinheiro para pagar a UTI. É triste que tenhamos que conviver com isso. É urgente, neste país, a socialização da medicina. Não há nenhuma outra fórmula para resolver a questão. A medicina é um direito de todos, como a educação, como respirar, como existir. Não é mais possível suportar que a desigualdade econômica cercie vidas e provoque a morte de pessoas como essa jovem, na flor da idade, apenas porque não têm dinheiro que as possibilite serem atendidas em UTI.

Aqui fica, portanto, Sr. Presidente, a minha assertiva de que nós, neste Congresso Nacional, temos de fazer com que a medicina seja altamente socializada, para que a medicina particular só exista para quem queira pagar, porque todos terão direito a receber assistência médica quando não tiver recursos para isso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG (PMDB — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os acontecimentos da votação da Constituinte trouxeram para esta Casa discussões as mais variadas; inclusive e fundamentalmente foi o polo da discordância a luta pela anistia relativa ou absoluta e irrestrita.

Somos Deputado pelo PMDB. O PMDB foi criticado por ter não correspondido ao seu discurso de campanha a respeito da anistia ampla e irrestrita. Devo dizer, nesta reunião do Congresso, que o PMDB, pela maioria de membros da sua bancada, cumpriu o discurso de oposição com o discurso democrático de defesa da anistia ampla e irrestrita. Nossa Liderança, o Presidente da Câmara e do partido optaram pelo substitutivo do Deputado Valmor Giavarina. Isto não quer dizer absolutamente que o PMDB tenha sido representado pelo voto de Liderança. Não somos a favor da destituição do Líder. Reconhecemos no brilhante Deputado Pimenta da Veiga um homem muito bem intencionado, assim como o Deputado Ulysses Guimarães. Ocorre que eles têm hoje uma função de ajudar a transição. Pertencem à Liderança e ao grupo responsável na direção por este regime de transição. O erro está na falta de comunicação com o partido, com as bases, com a audição da bancada e, não havendo isso, existem divergências entre a Liderança e os seus liderados. Mas o PMDB não abre mão dos seus princípios. A maioria da bancada se manifestou claramente pela anistia ampla, geral e irrestrita. O que nossos Líderes precisam saber é que ao admitirmos a transição, ao admitirmos os esforços para consolidar a Nova República, nós, do PMDB, com a Aliança Democrática, não sofremos uma lavagem cerebral. Não somos homens que hoje aceitam definitivamente as decisões da Liderança sem a discussão da base. Temos uma consciência política que não foi eliminada. Pode ser discutida a nossa posição. E o que reivindicamos nesta oportunidade é

que, para reforço das Lideranças que não receberam o respaldo da bancada, daqui para a frente fiquem sabendo que o PMDB, nós todos que lutamos na Oposição e pelas lutas democráticas, por nos termos aliado na eleição de Tancredo e Sarney — repito — não passamos por nenhuma lavagem cerebral. A nossa consciência política permanece. Estamos dispostos a discutir todos os problemas com a Liderança para ajudar a transição e fundamentalmente manter a unidade do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a empresa Lux presta a todos os Srs. Parlamentares bons serviços e muitas vezes nos chegam recortes que são hilariantes. Este, por exemplo, do jornal Tribunal da Imprensa, de 19 de outubro último, notícia em manchete:

"Montoro não sai para ajudar Cardoso em São Paulo". "O Governador Franco Montoro — acrescenta a nota — não vai-se afastar do cargo até 15 de novembro para se dedicar exclusivamente à campanha do Senador Fernando Henrique Cardoso ou para acompanhar o candidato a Prefeito do seu partido pelos bairros."

Interrogado pelos jornalistas no aeroporto, quando se despedia do Presidente François Mitterrand, S. Ex^a o Governador de São Paulo declarou: "Não pretendo me licenciar." Esta é uma nota realmente hilariante. O Governador de São Paulo não pretende licenciar-se do cargo para ajudar o Senador Fernando Henrique Cardoso. Confesso que nunca ouvi uma piada melhor formulada do que esta. A verdade é que o Sr. Fernando Henrique Cardoso não quer que o Governador de São Paulo se afaste do cargo para ajudá-lo, ou melhor, prejudicá-lo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso recusou-se inclusive a ser fotografo ao lado do Governador Montoro, porque temia e teme o desgaste que a Administração Montoro poderia acarretar para a sua candidatura.

Ora, Sr. Presidente, está na hora de alguém dizer ao Governador Montoro que ele poderia prestar um grande serviço a São Paulo, e principalmente aos peemedebistas, renunciando ao Governo e deixando que o Vice-Governador assuma o seu lugar, porque há muitos anos na história de São Paulo não se registra nenhum caso — ou não se registrava — de um Governador tão mal-sucedido diante da opinião pública como o Sr. Franco Montoro. Na realidade, até hoje o paulistano e o paulista, de modo geral, indaga se o Sr. Franco Montoro já assumiu o Governo, porque se assumiu, como diz uma velha história, ninguém sabe ninguém viu. Mas S. Ex^a não quer deixar o Governo, conforme a nota do jornal Tribunal da Imprensa. S. Ex^a assumiu de direito mas até hoje, por sua ação, ninguém sabe se é de fato o Governador do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dimas Perrin.

O SR. DIMAS PERIN (PMDB — MG) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, são 10.140.000 habitantes, distribuídos por 110.922 km², residindo na Capital cerca de 2 milhões.

Sua economia, malgrado as dificuldades enfrentadas, muitas das quais vencidas, ainda que com muito esforço, repousa, fundamentalmente, na mineração, no comércio, na agricultura e na pesca, o que propicia um comércio externo relativamente desenvolvido, levando-se em consideração sua área e população.

A mineração corresponde a mais de 44% do PNB, enquanto o comércio supera os 22% e a agricultura e a pesca chegam a 18%.

Seu solo é rico, encontrando-se ali as maiores reservas mundiais de níquel, além de ferro, manganês, cobalto, cobre, sílica, ouro e prata, todos de extrema importância no mercado internacional. No que tange ao setor agrícola, sua maior produção é oriunda da cultura açucareira, ocupando um dos primeiros lugares do mundo nesta atividade.

O comércio exterior é, basicamente, realizado com a União Soviética, a Bulgária, a República Democrática Alema, o Japão, a Espanha, a Alemanha Ocidental e a República Popular da China.

A força de trabalho congrega cerca de 2.890.000 trabalhadores estatais, sendo que 21,3% acham-se empregados

na agricultura, 20,6% na indústria e 22,6% em obras de caráter social.

A mortalidade infantil, em 1983, acusou o índice de 16,8%, o que nos leva a refletir, pois entre nós ela alcança mais de 50%, e, paralelamente, a expectativa de vida alcança os 70 anos para os homens e 73,5 para as mulheres.

O índice de analfabetismo indica 2% da população, de que estamos muito distante, com os 30% que nos afligem.

A educação conta com 2.600.000 alunos nas escolas primárias, secundárias e técnicas e 166.000 nas superiores, sendo gastos com ela pouco menos de 10% do PNB.

Falo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, da República de Cuba, sem dúvida o mais importante país do Caribe e mesmo da América Central, esta composta de pequenas nações que não têm sabido ou podido enfrentar a influência e a dependência dos Estados Unidos.

A República de Cuba, anteriormente à Revolução, era um país econômica e culturalmente sob a dominação quase total dos Estados Unidos, sendo sua capital e mais importante cidade, Havana, o espelho de todo o país, com a prostituição afrontosa, o jogo desenfreado, a libertinagem e os vícios inteiramente à solta, a corrupção nas mais elevadas esferas, a discriminação racial, a miséria e a mendicância, as doenças e epidemias, o caos social. A venalidade administrativa, assentada em conchavos extensivos do poder econômico com o Governo. As negociações e a impunidade, em face da malversação dos recursos públicos, e a prevaricação eram, sem dúvida, a nota dominante do país.

Na luta por melhores condições de vida, um vulto se distinguiu sobremaneira: Jesus Menéndez, do Sindicato dos Açucareiros, verdadeiro gigante na defesa dos trabalhadores. Combatia ele o poder econômico, defendendo com denodo as reivindicações operárias e condenando as grandes riquezas acumuladas pelos membros do clube do grande capital, que viviam em mansões nababescas, enquanto a miséria dominava e era a recompensa pelo trabalho enriquecedor do capital. Sua busca era de um país em que todos pudessem disputar oportunidades e em que a pobreza não fosse o lugar comum. Pagou com a vida por ter ousado lutar.

A partir de 1959, a história de Cuba passou a ser escrita de maneira diferente e, hoje, temos um novo país, onde o povo está consciente de suas dificuldades, mas certo dos resultados positivos que o processo de reconstrução lhe trará, embora saiba que levará algum tempo e demandará muito esforço.

Extinta a prostituição, proibida a jogatina, combatidos os vícios, integrados os negros e os mestiços nas atividades de todos os níveis da vida nacional — Medicina, Engenharia, serviços e escalões governamentais — de que estavam marginalizados, a vida cubana tomou novos rumos. As enfermidades e as endemias foram combatidas e dada grande ênfase à assistência à infância, à assistência médico-hospitalar e dentária, melhorados o programa educacional e o nível de amparo aos anciãos.

Os meios de comunicação, em Cuba, têm tido um grande desenvolvimento. Hoje, são publicados dois diários, de âmbito nacional: *Gramma* e *Juventud Rebelde*, ambos surgidos em 1965. O primeiro tem uma tiragem de 700 mil exemplares, em espanhol, e um resumo, em francês e inglês; o outro tem quatro edições, num total de 230 mil exemplares, elevado para 325 mil aos domingos. Outro periódico importante, publicado três vezes por semana, é *Los Trabajadores*, da Central de Trabalhadores de Cuba, com uma tiragem de 120 mil exemplares.

São editadas várias revistas, merecendo destaque *Bohemia*, com 250 mil exemplares semanais; sobre problemas internacionais; *ANAP*, mensal, da Associação Nacional de Pequenos Agricultores, com 90 mil exemplares de tiragem; *Mujeres*, mensal, da Federação de Mulheres Cubanas, com a tiragem de 273 mil exemplares; *Verde Oliva*, das Forças Armadas Revolucionárias, com a tiragem de 100 mil exemplares; *El Caiman Barbusco*, bimestral, dedicada a temas culturais, com 30 mil exemplares; *DDT*, semanário de caráter humorístico, com 100 mil exemplares. Além dessas e de outras revistas existem várias especializadas, nas repartições governamentais, nos organismos estatais, nas fábricas, nas escolas e nos centros de trabalho.

O rádio, com mais de 2 milhões de receptores, ocupa um lugar de importância nas comunicações do País, com 51 emissoras, sendo 5 nacionais, 7 provinciais e 39 regionais. A Rádio de Havana transmite, diariamente, em espanhol, inglês, francês, português, creole, quechua e guarani. Leva 4 comentários sobre temas políticos, econômicos e sociais.

A televisão, com aproximadamente 800 mil aparelhos, foi inaugurada em Cuba em 1950 e, em 1958, já existiam 27 transmissores de TV, com uma potência de 150,5 KW. Com a Revolução, houve redistribuição dos transmissores, reconstrução de instalações e substituição de transmissores por outros novos, trazendo como consequência uma ampliação das áreas de serviço, tornando-se possível a utilização de dezenas de operadores de média potência. A programação da TV é variada, abordando temas sobre a realidade, tais como problemas educacionais, econômicos, sociais e culturais, além do estudo sobre o homem e seu meio e da luta pela igualdade da mulher e pela exaltação dos valores humanos.

O cinema é um dos veículos de comunicação mais usados em Cuba, com jornais e flagrantes sobre a vida e acontecimentos nacionais. O Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica — ICAIC — tem procurado, com sucesso, elevar o cinema de Cuba em quantidade e qualidade e já foram produzidos 95 filmes e mais de 700 noticiários. Os filmes estrangeiros somente podem ser exibidos com a aprovação do ICAIC, numa medida destinada a preservar a cultura e a identidade do povo cubano.

Importante também é a Agência Noticiosa "Prensa Latina", uma das principais criações da Revolução Cubana, no campo da comunicação, setor em que atua com realismo. Diariamente transmite 250 a 300 informações de diversos tipos, em francês e inglês. Edita duas revistas: *Cuba Internacional*, em espanhol, e *Prisma*, destinada aos países latino-americanos. Existe ainda a Agência de Informações Nacional, que emite informações, comentários e serviços especiais, dispondo de 14 sucursais, uma em cada província.

A União dos Periodistas de Cuba — UPEC, nascida com o processo revolucionário, vem promovendo, com sucesso, o desenvolvimento cultural, técnico e profissional dos jornalistas, cuidando de sua especialização e aprimoramento, bem como promovendo uma corrente de informações, através do Movimento de Correspondentes Voluntários. Antes da Revolução, não existia, no país, o estudo universitário do jornalismo, sendo criada a primeira escola em 1965, na Universidade de Havana. A UPEC integra a Federação Latino-americana de Periodistas, com sede no México, e a Organização International dos Jornalistas, com sede em Praga.

A Casa das Américas executa tarefas de caráter não governamental, visando ao desenvolvimento das relações sócio-culturais de Cuba com a América Latina e com o Caribe, através dos Departamentos de Artes Plásticas, de Música e de Teatro, publicando revistas e coleções sobre esses temas. Existem, em suas bibliotecas, várias obras de autores brasileiros, bem como traduções de outros, tais como José Lins do Rego, Jorge Amado, Florestan Fernandes, Antônio Calado e Guimarães Rosa.

Minha intenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ocupar esta tribuna, foi traçar um rápido perfil da República de Cuba e reforçar minha posição e a de muitos brasileiros favorável ao reatamento de nossas relações comerciais e diplomáticas, já que se trata de um país em processo de desenvolvimento, muito embora com grandes dificuldades a vencer, problemas que também vivemos, em razão do ingrato sistema econômico internacional, que busca, através das nações fortes, extrair o possível e o impossível dos países mais fracos e menos desenvolvidos.

Em favor desse reatamento já limita a tese do respeito à autodeterminação de cada povo quanto aos caminhos que deva seguir, rumo aos objetivos perseguidos e que, por isso, reage ao boicote desse relacionamento.

A reabertura desses canais é uma das questões que se colocam à Nova República, a qual vem conduzindo-a de maneira competente.

A posição assumida, nos últimos anos, pelo Governo brasileiro, contrária ao relacionamento com Cuba, demonstra a visão estreita e mesmo contraditória que prevalecia, porquanto a maioria dos países latino-americanos não a excluiu de suas relações comerciais e

diplomáticas, numa prova de que desejam o congraçamento dos povos da mesma origem racial e lingüística.

Não procedem as alegações de alguns setores de que o comércio com a República de Cuba não nos apresenta a possibilidade de grandes negócios, até porque isto não é verdadeiro, como também não será esta a única razão para que o reatamento se faça.

As conquistas obtidas no campo da educação e da saúde, a experiência acumulada nesses 26 anos de reconstrução, serão satisfatoriamente cambiáveis pelo avanço da tecnologia brasileira na área da informática, por exemplo. Ademais, nenhum país é tão autosuficiente, tão rico, que não tenha o que receber, nem tão pobre que não tenha algo a oferecer.

Respeitamos seu direito de seguirem os cubanos o caminho que lhes pareça mais correto. Sigamos o nosso.

Cada um a seu modo, lado a lado, abrirá rotas para o futuro.

Meu apelo ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setubal, é no sentido de que os estudos que vêm sendo realizados, visando ao restabelecimento de nossas relações diplomáticas e comerciais com aquele país do Caribe, com o qual podemos nos identificar na luta pela libertação e independência econômica dos povos do Terceiro Mundo, sejam intensificados para que este reatamento, ainda que tardio, mas tão salutar para ambos os países, se realize o mais breve, beneficiando nossos povos com o uso dos conhecimentos adquiridos em proveito da nossa gente, e não financiando o progresso dos poderosos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1985-CN, e da Mensagem nº 58, de 1985-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.158 e 2.159, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1985-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 24, de 1985-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, que altera os limites do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição Federal — 9ª sessão).

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 1º do corrente, às dezenove horas, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição, o projeto deixou novamente de ser votado, por falta de quorum, em 8 sessões.

A matéria deixa de ser submetida à votação em virtude da falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1985-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 7, de 1985-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.157, de 14 de agosto de 1984, que altera o art. 7º do Decreto-lei nº 2.035, de 21 de junho de 1983, acrescentado pelo Decreto-lei nº 2.055, de 1983, que dispõe sobre a sucessão da autarquia federal Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM (incluído em Ordem do Dia nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição — 1ª sessão).

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A votação da matéria deixa de ser procedida em virtude da falta de quorum em ambas as Casas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do.

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70.160

LEIS COMPLEMENTARES À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**Legislação citada
Histórico
(tramitação legislativa)**

3 VOLUMES

**1.650
páginas
Preço:
Cr\$ 80.000**

**Textos das Leis
Complementares
Nºs 1, de 1967, a 48, de 1984**

A venda na
Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal
Anexo I — 22º andar
Praça dos Três Poderes
70.160 — Brasília — DF

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque visado nominal
à Subsecretaria de Edições Técnicas ou de vale postal da EBCT.
Atendemos, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00